

CNJ impulsiona identificação da população prisional

Após chegar às 27 unidades da federação, a Ação Nacional de Documentação para as Pessoas Privadas de Liberdade, liderada pelo Conselho Nacional de Justiça, já conseguiu identificar e cadastrar 297.250 pessoas. A identificação Civil Nacional (BDICN), gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral, corresponde a 45% de toda a população privada de liberdade, com 650 mil pessoas, segundo dados do Executivo Federal.

Dois estados, Paraíba e Ceará, já conseguiram realizar o cadastro de identificação da população prisional. São seguidos por Bahia, que cadastrou 89% das pessoas privadas de liberdade, com 84%; e Roraima, com 81%.

A iniciativa está no âmbito do Programa de Justiça coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria Nacional de Políticas de Segurança Pública (Senappem) e o apoio de mais de 20 organizações, incluindo TSE, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Magistrados Naturais (Arpen Brasil) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre outros. O objetivo da ação é promover a individualização da pena e o aperfeiçoamento da gestão prisional, é disponibilizar informações validadas de acesso para auxiliar o processo de emissão e regularização de documentos.

Se queremos uma sociedade mais segura e inclusiva para as pessoas privadas de liberdade esse pressuposto da documentação é o que vai franquear o acesso delas ao mundo das coisas mais básicas da vida em liberdade, explica o juiz do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Lanfieri.

A universalização do acesso à documentação é passo fundamental para mudar as coisas inconstitucional das prisões brasileiras, com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a resposta, o CNJ e a União estão construindo um plano de trabalho. Justa, dividido em quatro grandes eixos de atuação e medidas específicas para cada problema. O acesso à documentação é o primeiro (Qualidade dos serviços prestados nas prisões e infraestrutura) e pode ser acessado clicando aqui.





Avanços e desafios

A Ação Nacional tem como objetivo a criação de processo de acesso à documentação para todas as pessoas privadas a porta de entrada até a porta de saída do sistema prisional. Capacitamos profissionais para garantir a identificação biométrica, a audiência de custódia, e implementamos processos em andamento. Também temos o desafio de resolver a situação de colapso das pessoas que já estão presas sem a documentação necessária sob a presidência do CNJ com atuação no DMF, João Felipe M. da Ação Nacional já aponta para uma melhora nesse cenário.

Visando acelerar o processo de cadastro biométrico do sistema Senappen e o DMF/CNJ enviaram, no dia 25 de maio, um ofício aos governadores estaduais responsáveis pela administração de penitenciárias para o cadastro da toda a população carcerária. O prazo de implementação é até julho.

Exemplo da Paraíba

No mês de abril, a Paraíba foi pioneira no cadastro biométrico de liberdade no estado. O sistema prisional paraibano é fechado e oito de semiaberto, em que estão 11,2 mil presos.

O secretário estadual de Administração Penitenciária, João Roberto, destacou as ações foram essenciais para este marco. Fomos o primeiro estado a implementar o sistema específico para lidar com a questão, o Plano Estadual de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Investimento na qualificação dos servidores e a formação de equipes, contando com os gestores e gestoras das unidades, foi fundamental para o resultado, afirmou.

Uma dessas parcerias foi firmada com o Tribunal de Justiça da Paraíba relativos ao Registro Judiciário Individual (RJI) de presos. O processo de cadastro de pessoas presas no sistema prisional é fundamental por ser o único que diferencia as pessoas do sistema da BDI CN.

Esse arquivo inicial do TJ-PB foi muito importante, pois trouxe a informação com os cartórios das varas de execução penal. Também realizamos forças-tarefa com servidores para capacitar os profissionais maiores, detalhou a assistente social da Fundação de Amparo à Execução da Pena (APEC) da Paraíba à frente da implementação, Romeu.



Ação coordenada no Ceará

O segundo estado a completar o cadastro biométrico do Ceará. Foram 23 meses entre o lançamento da Ação Nacional de registro de pessoas privadas de liberdade.

O coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação Penitenciária e Ressocialização do Governo do Estado Moreira Xavier, conta que foram treinados 90 servidores e pessoas presas distribuídas em 30 unidades. O nosso Estado de Ceará tem um processo de identificação com o sistema da Identificação Civil Nacional, isso facilita. Também deixa mais fácil a manutenção do registro biométrico, explicou.

Para o coordenador de TI da SAP-CE, a identificação biométrica da pessoa, além facilitar a emissão de documentos, também permite que elas consigam se profissionalizar e arrumar emprego.

Xavier também destaca que todo o processo de registro é gerenciado e monitorado de forma remota a situação de emergência. Fazendo Justiça nos ajudou a melhorar a organização do registro de pessoas privadas de liberdade, lembrou.

Interiorização na Bahia

Para coordenar o processo de identificação civil em um município da Bahia, o diretor de Documentação da Secretaria de Administração e Ressocialização do Estado, Anderson Sampaio, fez uma visita de funcionamento na prática. Além de participar dos treinamentos, também acompanha as equipes em missões para cadastro biométrico em cidades do interior.

O sistema penitenciário baiano é formado por 25 unidades Penais em Salvador, responsável por exames e onde ficam as unidades. Todas elas têm um setor de documentação responsável por guardar os documentos dos ingressantes. Mas, como a dificuldade de cadastrar aqueles que já estavam na unidade antes do cadastro, é por isso Sampaio e sua equipe vão até as unidades.

Já estamos agendando uma visita de uma semana para Ilhéus, comentou. Em outros casos, a própria unidade de Santana tem uma unidade grande, com 1.800 presos, fazendo a coleta desse passivo, conta, destacando a importância de fazer a documentação em locais onde os presos vivem.



Dez unidades já concluíram o cadastro de todos os custos. 12.600 pessoas privadas de liberdade no estado já es- chegar a 100% até o final de 2024.

Maior população carcerária

Com um terço da população carcerária nacional, São Paulo realiza cerimônia de encerramento das missões da Ação Nacional de Identificação e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade (ANIDPL) treinados presencialmente, sendo 188 multiplicadores. Foram realizadas capacitações na capital e treinamentos on-line posteriores.

O CNJ, por meio do Programa Fazendo Justiça, chegou à Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo, disse a gestora Eliana Barros Sbragia de Souza. A SAP já realizou acordos de regularização de CPFs em 2013, com a Arpen-SP em 2010 e nascimento. Desde 2010 empreendemos esforços nesse Regional Eleitoral de São Paulo para execução do projeto repetidos a cada ano eleitoral, explica Eliana.

Atualmente, 98,68% da população carcerária em São Paulo possui documentos de RG e 60,18% possuem certidão de nascimento e identificação civil com biometria na BDI CN. As doadoras da SAP paulista estiveram equipadas para coleta biométrica em sistema semiaberto, contando inclusive com kits reservados para

Segundo dados de junho deste ano, 89% das 200 mil pessoas foram coletadas. A meta é concluir a coleta até o final de

O cadastro biométrico proposto pela Ação Nacional de Identificação e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade (ANIDPL) avançado no sistema de presídios federais em que duas unidades realizaram a coleta de todos os custodiados: Brasília e Mossoró.

Histórico da Ação Nacional de Identificação e Documentação de Pessoas Privadas de Liberdade

Publicada em novembro de 2019, a Resolução CNJ 306/2019 instituiu a ANIDPL. O diagnóstico de 2017 realizado pelo Executivo federal mostrou que dez presos não dispunham de documentos em seus prontuários.

Uma das primeiras etapas da Ação Nacional foi a aquisição de equipamentos para a coleta biométrica, necessário para inclusão na Base de Dados Identificatórias (BDI CN), mantida pelo TSE. O recurso foi obtido em um processo no Ministério da Justiça e Segurança Pública ainda em 2017.



Outra fase importante foi o desenvolvimento de software de informação para facilitar o cadastro e a busca por dados.

Entre novembro de 2021 e agosto de 2023, o CNJ realizou uma capacitação em nível de federação. Durante uma semana, técnicos instalavam e configuravam o sistema em com instituições parceiras e realizavam treinamentos para que os dados de documentos pudessem ser inseridos. Ao todo, 20.957 pessoas, incluindo estaduais, federais e militar, das unidades penitenciárias estaduais, passaram pelo treinamento durante as missões nos territórios, treinamento como parte das atividades da assessoria de imprensa do CNJ.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jul-13/com-pb-e-ce-a-frente-cnj>